



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

O crescimento do partido de direita radical português, Chega

[The growth of the portuguese far-right party, Chega]

Projeto de Graduação

[1º Ciclo de Estudos em Ciência Política e Relações Internacionais]

Martim Gonçalves Fernandes- 2023103477

Orientadora:

Professora Doutora. Ana C. Carvalho Campina

Junho 2026

Martim Gonçalves Fernandes

2023103477@ufp.edu.pt

Projeto de Graduação

O crescimento do partido de direita radical português, Chega

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2026

O crescimento do partido
de direita radical português, Chega

Martim Gonçalves Fernandes

2023103477@ufp.edu.pt

Projeto de Graduação

(Martim Gonçalves Fernandes)

Projeto de Graduação apresentado à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Licenciatura em Ciência
Política e Relações Internacionais, sob a
orientação da Professora Doutora Ana C. Carvalho
Campina.

Agradecimentos

Gostava de, primeiramente, agradecer à Universidade Fernando Pessoa e a todos os docentes que, ao longo destes três anos, me transmitiram todo o conhecimento que hoje possuo e que muito me ajudou na realização deste projeto.

Quero também deixar uma palavra de agradecimento à minha orientadora deste Projeto de Graduação, Exma. Sra. Professora Doutora Ana Campina, por toda a ajuda, conselhos e pelo enorme interesse que sempre demonstrou no sucesso do mesmo.

Posteriormente quero demonstrar um profundo sentimento de gratidão às pessoas que me acompanham no meu dia a dia. Em primeiro lugar, à minha família por me guiar e ser o meu porto seguro nos momentos mais turbulentos. Aos meus pais, quero agradecer por tudo o que fizeram e fazem por mim e por me iluminarem sempre o caminho. Ao meu irmão Gonçalo, pelos bons conselhos, pela descontração com que aborda todos os seus projetos, é realmente inspirador. Agradeço também por me conseguir arrancar um sorriso nos momentos mais desafiadores. Aos meus avós, pelo carinho, apoio e confiança inabalável que sempre depositaram em mim, não deixando nunca que algo me faltasse. À minha Titi Sandy, ao João e à minha prima Matilde pelas palavras confortantes e pelos momentos de descontração que me proporcionaram ao longo da realização deste projeto.

Por fim, não podia deixar de agradecer ao meu grupo de amigos “Firma 23” por todo o apoio, por me acompanharem e por tonarem esta jornada exigente mais suave e engraçada. Assim como, a todos os amigos que fiz na Universidade Fernando Pessoa com quem partilhei imensos bons momentos ao longo destes últimos três anos.

Resumo

Ao longo dos últimos anos, a ascensão das forças políticas de direita radical e extrema-direita tem figurado como um dos principais tópicos de análise da Ciência Política. Nesse sentido, torna-se imperativa a investigação científica, de modo a compreender os fatores que explicam este fenómeno global. Em Portugal existiu, durante décadas, uma resistência dos eleitores a forças políticas radicais e populistas, fortemente influenciada pela memória negativa do regime autoritário do Estado Novo (1933-1974). No entanto, em 2019, foi fundado o Chega, um partido de direita radical que rompeu com o excecionalismo português no contexto europeu, tendo, em apenas seis anos, conquistado 60 assentos na Assembleia da República, afirmando-se como a segunda força política no país. De modo a compreender este fenómeno, o presente trabalho estabelece um enquadramento teórico que analisa o conceito de direita radical e a sua distinção de extrema-direita, bem como a ascensão destas forças políticas no mundo contemporâneo. Posteriormente, é apresentada uma breve exposição acerca do sistema partidário português após o 25 de Abril de 1974, o percurso académico e profissional de André Ventura, as motivações por trás da fundação do partido Chega, assim como as suas correntes fundadoras internas, acompanhados por uma análise explicativa do seu crescimento exponencial. No final, são examinadas as estratégias utilizadas pelo partido na captação de eleitores e apoiantes, além de uma análise dos resultados eleitorais obtidos pelo Chega e a definição do perfil do seu eleitorado.

Palavras-Chave: Direita radical; Populismo; André Ventura; Partido Chega; Crescimento.

Abstract

In recent years, the rise of radical right-wing and far-right political forces has been a major topic of analysis in political science. In this regard, scientific research is essential to understanding the factors behind this global phenomenon. In Portugal, for decades, there was voter resistance to radical and populist political forces, strongly influenced by the negative memory of the authoritarian Estado Novo regime (1933–1974). However, in 2019, Chega was founded, a radical right-wing party that broke with Portugal's exceptionalism within the European context, having, in just six years, won 60 seats in the Assembly of the Republic, establishing itself as the second-largest political force in the country. In order to understand this phenomenon, this paper establishes a theoretical framework that analyzes the concept of the radical right and its distinction from the far right, as well as the rise of these political forces in the contemporary world. Subsequently, a brief overview is presented of the portuguese party system following April 25, 1974, André Ventura's academic and professional background, the motivations behind the founding of the Chega party, as well as its internal founding factions, accompanied by an explanatory analysis of its exponential growth. Finally, the strategies used by the party to attract voters and supporters are examined, along with an analysis of the electoral results obtained by Chega and a definition of the profile of its electorate.

Keywords: Radical right; Populism; André Ventura; Chega party; Growth.

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1.1. CONCETUALIZAÇÃO DE DIREITA RADICAL	3
1.2. O FENÓMENO DE CRESCIMENTO DAS FORÇAS DE DIREITA RADICAL NO MUNDO	5
CAPÍTULO II- SISTEMA PARTIDÁRIO PORTUGUÊS E O SURGIMENTO DO PARTIDO CHEGA	7
2.1. PARTIDOS POLÍTICOS PORTUGUESES, NO PÓS-25 DE ABRIL DE 1974.....	7
2.2. FUNDAÇÃO, LIDERANÇA E AFIRMAÇÃO DO PARTIDO CHEGA, NO PANORAMA POLÍTICO PORTUGUÊS.....	10
3.1. ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE ELEITORADO UTILIZADAS PELO PARTIDO CHEGA ...	16
3.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS ELEITORAIS DO PARTIDO, NOS DIFERENTES ATOS ELEITORAIS	18
CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

Introdução

Desde o início do século XXI, emergiram e expandiram-se globalmente diversas forças políticas de direita radical, crescendo a um ritmo acelerado e representando, nos dias de hoje, um desafio aos regimes democráticos. Neste sentido, Portugal constituiu durante décadas um caso de exceção a nível europeu, mostrando grande resistência e impermeabilidade às forças políticas radicais, muito por influência da memória negativa dos cidadãos relativa à época do regime autoritário do Estado Novo. Porém, em 2019, com a fundação e eleição do primeiro deputado do partido Chega à Assembleia da República, o excecionalismo e a estabilidade governativa estabelecida entre os principais partidos tradicionais, PS e PSD, foram rompidos e, em pouco menos de seis anos, o partido radical elegeu sessenta deputados, tornando-se a segunda força política mais representada no principal órgão legislativo do Estado Português.

Assim, pretende-se analisar os fatores que explicam o crescimento exponencial do partido Chega no panorama político português, assim como as estratégias populistas por si utilizadas, fundamentais para compreender este fenómeno. Na elaboração do trabalho, foi utilizada uma abordagem qualitativa, de carácter descritivo e exploratório, nomeadamente, através da análise artigos científicos, dissertações de mestrado, projetos de graduação e capítulos de livros. Posteriormente, a análise parte de um enquadramento teórico do conceito de direita radical e da sua expansão e crescimento a nível global, para uma análise do caso português do partido Chega.

O presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos, o primeiro faz um enquadramento teórico do conceito de direita radical e analisa a expansão desta ideologia a nível global. Subsequentemente, o segundo capítulo faz uma breve análise do sistema partidário português no pós-25 de Abril de 1974, apresentando os partidos e a sua matriz ideológica, bem como a fundação, liderança e afirmação do partido Chega no panorama político português, destacando as motivações de André Ventura para a fundação do partido, as principais correntes internas e uma breve apresentação do percurso de ascensão do Chega. O terceiro capítulo aborda as principais estratégias de captação de eleitorado do partido, focando-se no papel central do seu líder, André Ventura, e na utilização de uma comunicação populista e disruptiva, assim como na preponderância da utilização das

O crescimento do partido
de direita radical português, Chega

redes sociais como canal de disseminação de mensagens polarizadoras. Posteriormente, é elaborada uma análise dos resultados eleitorais do partido nos diferentes atos eleitorais.

Finalmente, pretende concluir-se quais os principais fatores que explicam o fenómeno de crescimento da direita radical, em Portugal.

Capítulo I- Enquadramento teórico

1.1. Concetualização de Direita Radical

Ao longo dos últimos anos, os cientistas políticos têm debruçado o seu estudo sobre a definição do conceito de “Direita Radical”, bem como, as razões do seu sucesso eleitoral. O conceito de “Direita Radical” descreve, segundo alguns autores, uma ideologia. Esta ideologia pertence a uma família política distinta de todas as outras, a família das direitas extremistas/radicais, que se caracteriza pela defesa de valores nacionalistas, racistas e xenófobos, valorizando a presença de um Estado forte, na visão de autocracia (Carter, 2018) e a adoção de um discurso populista antissistema.

Analisando as principais características da “Direita Radical” contemporânea, os autores argumentam que a presença de um Estado forte está intrinsecamente associada ao nacionalismo, na medida em que, geralmente, os partidos de direita radical têm como principal alvo os imigrantes, nomeadamente muçulmanos (Kallis, 2018, citado por Pinéu & Pureza, 2021), e os criminosos, mas também os seus opositores políticos, que culpam pela degradação do seu país (Heinisch, 2003, citado por Carter, 2018). Para além disso, estas forças políticas populistas também “assumem o desejo” de instaurar um governo ultranacionalista que restabeleça os valores tradicionais da família, trabalho e ordem social (Copsey, 2008 citado por Carter, 2018). O nacionalismo é definido, segundo Mudde, como “uma doutrina política que proclama a congruência da unidade política, do estado, e da unidade cultural da nação” e é a principal característica da direita radical contemporânea. A ideia de “nativismo” é apresentada como complementar ao nacionalismo tradicional, defende que os Estados deviam ser habitados, unicamente, por cidadãos nativos, e que a presença de pessoas ou ideologias contrárias representam uma ameaça à união do Estado-Nação e à preservação dos valores de identidade nacional (Mudde, 2007 citado por Carter, 2018). Por sua vez, o racismo é apontado como um tema central do radicalismo de direita, enfatizando a raça do povo europeu face às outras e, resistentes à ideia de multiculturalismo, que diz respeito à coexistência de múltiplas culturas numa sociedade, negando a possibilidade de diferentes raças conviverem pacificamente no mesmo território. Ainda assim, estes Partidos e grupos de Direita Radical “evitam declarar-se abertamente racistas e xenófobos” evitando possíveis “consequências constitucionais” como, por exemplo, a sua ilegalização (Pinéu & Pureza, 2021).

No passado, nomeadamente, entre os anos de 1950 e 1960, os partidos de direita radical eram considerados antidemocráticos, visto que rejeitavam o pluralismo, princípio basilar das democracias liberais, a igualdade entre cidadãos e as liberdades individuais. Contudo, na atualidade, as forças de direita radical não são caracterizadas como antidemocráticas, uma vez que, não se opõem, totalmente, aos valores democráticos e respeitam a Soberania Popular. Em sentido oposto surge a ideologia da Extrema-Direita, que descende dos fundamentos do Fascismo, rejeitando a democracia liberal e a Soberania Popular. Por exemplo, ao contrário da direita radical, que defende uma política de acolhimento de migrantes controlada e de minorias culturalmente similares, a ideologia de Extrema-Direita defende a expulsão de todos os imigrantes do seu território, independentemente da sua situação jurídica (Ibarra, 2019 citado por Boado & Antón-Mellón, 2023). Ou seja, a “extrema-direita” é, aos dias de hoje uma ideologia de matriz revolucionária e fascista, que rejeita os princípios democráticos, enquanto, a ideologia de “direita radical” atua, ainda que de forma iliberal, dentro das normas constitucionais. A distinção entre os conceitos de Direita Radical e Extrema-Direita é fundamental para fazer a distinção entre forças políticas antidemocráticas (Extrema-direita), ou iliberais (Direita Radical).

Complementarmente, o Populismo tornou-se a principal característica da direita radical contemporânea, isto é, a divisão da sociedade em dois eixos antagónicos, “nós”, o povo, e “eles”, a classe política apontada como corrupta, expresso através de líderes que se autoproclamam “propagadores” da vontade geral do povo (Mudde, 2007 citado por Boado & Antón-Mellón, 2023), afirmando-se, geralmente, em “sociedades de medo” marcadas por crises financeiras ou sociais, e através da propagação de perceções de insegurança (Louçã, 2020 citado por Rosas, 2021).

Ou seja, a ideologia de direita radical pode ser definida como, um modelo político baseado na promoção dos ideais nacionais, na rejeição da multiculturalidade, hostilização de raças e etnias distintas à dos “nativos” e afirma os valores conservadores tradicionais como vitais para contrariar o processo de globalização.

1.2. O fenómeno de crescimento das forças de direita radical no mundo

O crescimento e consolidação das forças de direita radical constituem, aos dias de hoje, o maior desafio das democracias liberais, no mundo (Mineiro & Honório, 2021). Este fenómeno é visto como uma “terceira vaga de autocratização”, desta vez sem golpes de estado militares, mas através de partidos políticos que disputam e vencem eleições democraticamente (Portela, 2025).

O fenómeno de ascensão das forças políticas de direita radical divide-se, em três fases distintas, o neofascismo, entre 1945 e 1955, o populismo de extrema-direita, entre 1955 e 1980, e a direita radical, entre 1980 e a atualidade (Mudde, 2019 citado por Miranda, 2022).

Na primeira vaga, recorrente do fim da II Guerra Mundial e o fim do regime de Adolf Hitler, os apoiantes das forças políticas de Direita Radical eram fortemente rejeitados e hostilizados, o que não impediu a formação de grupos nacionalistas, que defendiam que os soldados que haviam participado na guerra deveriam receber apoios compensatórios. De seguida, entre os anos de 1955 e 1980 surgem os movimentos “híbridos”, que combinam características da antiga Extrema-Direita e ideias novas da Direita Radical (Mudde, 2019 citado por Miranda, 2022), entre elas, a rejeição da imigração e o discurso populista. Posteriormente, entre os anos 80 e a atualidade, surge a conceção de direita radical, tal como a conhecemos.

Esta vaga de crescimento e afirmação das forças políticas radicais surge, geralmente em contextos de crise e fragilidade social, por exemplo, os ataques a 11 de setembro de 2001, que gerou um sentimento de revolta na população mundial, a austeridade imposta pela crise de 2008, que acentuou a destruturação do estado social, ou a crise dos Refugiados de 2015. Todos estes acontecimentos criaram uma “tempestade perfeita”, que fomentou o crescimento das forças populistas de direita.

Ao contrário dos outros períodos temporais, a terceira vaga de crescimento dos ideais radicais de direita tornou-se convencional, ou seja, ao invés de serem marginalizados, os defensores e apoiantes dos ideais radicais integram-se nas sociedades democráticas (Mudde, 2019 citado por Miranda, 2022).

O principal fator, que explica o crescimento das forças de direita radical prende-se, maioritariamente, pela incidência do discurso em temas sensíveis como, a imigração ou a segurança, o “ataque à separação de poderes e às constituições, a perseguição de minorias [...] e a intoxicação massiva do debate público com manipulações e mentiras”, que segregam as populações (Honório & Mineiro, 2021). Complementarmente, os partidos de direita radical utilizam as redes sociais para disseminar a sua mensagem, de forma direta, atrair eleitorado mais jovem e contorna os meios de comunicação social tradicionais, que atacam sistematicamente e acusam de pertencer ao “sistema” (Prior, 2026).

Assim sendo, a ascensão das forças políticas de direita radical, não constitui um fenómeno recente. Este crescimento surge, geralmente, em momentos de crise, seja ela, política, financeira ou social, adaptando, os seus líderes o discurso, adotando uma estratégia de comunicação disruptiva, que visa capitalizar o máximo número de eleitores descontentes, sendo que Portugal deixou de constituir uma exceção a nível europeu, desde 2019, com a fundação e afirmação do partido Chega no panorama político português.

Capítulo II- Sistema partidário português e o surgimento do partido Chega

2.1. Partidos políticos portugueses, no pós-25 de abril de 1974

Após a Revolução de 25 de abril de 1974, que ditou a queda do regime autocrático, unipartidário, do Estado Novo, formou-se a 3ª República, instaurou-se um regime democrático, em Portugal, e surgiu um sistema multipartidário representativo da população.

Os partidos políticos são apresentados como organizações ideológicas que competem pelo poder. Ainda assim, Maurizio Cotta (1974, citado por Mateus & Ramalho, 2013) define os partidos políticos como, um “um ator unitário, que compreende um conjunto bem definido de objetivos políticos e de preferências ao nível das políticas públicas”, fundamentais para a construção dos regimes democráticos.

A implementação dos partidos, no período pós-revolução, constituiu um verdadeiro desafio à estabilidade política que era necessário estabelecer, uma vez que, para além do Partido Comunista Português ou o Partido Socialista, surgiram cerca de 60 organizações políticas (Telo, 2007 citado por Mateus & Ramalho, 2013). Posteriormente, o sistema partidário português estruturou-se em torno de quatro forças partidárias, sendo elas, o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Social Democrata (PSD) e o CDS- Partido Popular (CDS-PP), ao qual se juntou, em 2005, o Bloco de Esquerda (BE) e, em 2019, o Chega, o Livre e a Iniciativa Liberal (IL). Ainda assim, ao longo dos 50 anos do regime democrático, o poder político foi exercido, maioritariamente, pelo Partido Socialista, de Centro-Esquerda, e o Partido Social Democrata, de Centro-Direita, o que conferiu estabilidade ao sistema.

À data da revolução, o Partido Comunista Português era o único organizado, com um programa eleitoral e uma estrutura de militantes, que operava na clandestinidade (Telo, 2007 citado por Mateus & Ramalho, 2013). O partido apresenta uma matriz ideológica comunista, de ataque ao capitalismo e defesa dos trabalhadores, apoiando os processos de nacionalização de setores como a energia ou a banca. Apesar do Bloco de Esquerda constituir uma alternativa ao PCP, o partido mantém-se firme na defesa dos seus ideais (Mateus & Ramalho, 2013).

O Partido Socialista fundado, por Mário Soares, em 1973, não constituía, no período posterior à revolução, uma força política expressiva e era composto por militantes provenientes de três raízes ideológicas, antigos socialistas, ex-comunistas e católicos (Telo, 2007 citado por Mateus & Ramalho, 2013). Posicionado à esquerda do espectro político, o partido assumia, à altura, uma ideologia de extrema-esquerda marxista, que abandonou para adotar posições mais moderadas, alinhadas ao centro, compatíveis com a integração europeia exigida pela crise económica de 1976 e a abertura para a economia de mercado. Atualmente, o PS afirma-se como o principal partido de centro-esquerda português, e afirma os seus valores na intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais (Mateus & Ramalho, 2013).

Em maio de 1974 foi fundado o Partido Popular Democrático, hoje designado Partido Social Democrata, por Francisco Sá Carneiro, Joaquim Magalhães Mota e Francisco Pinto Balsemão, afirmando a necessidade de preencher o espaço vazio à direita do PS, composto, maioritariamente por militantes de origem católico-progressista, social-liberal e social-democrata. A sua ideologia foi, ao longo do tempo, oscilando entre a social-democracia, o socialismo e o liberalismo, que defende a redução do papel do Estado na economia e a valorização da iniciativa privada. O CDS- Partido Popular foi fundado, em 1974, por Diogo Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa e tem como matriz ideológica a democracia cristã, ligada aos valores conservadores. Ao longo da sua história passou por diferentes períodos de transformação ideológica, desde a rejeição total do socialismo à adoção de posições conservadoras mais radicalizadas, na defesa de valores ligados à família. O partido defende a adoção de políticas económicas liberais e a intervenção do Estado em matérias de cariz social (Mateus & Ramalho, 2013). Ambos os partidos, PSD e CDS-PP, partilham posições semelhantes e, foi a partir daí que surgiu, em 1979, a Aliança Democrática, ao qual se juntou, o Partido Popular Monárquico. Esta coligação apresentava-se, à altura, como uma alternativa ao ciclo governativo do PS e PCP.

O Bloco de Esquerda surgiu, em 1999, como fusão de três organizações políticas, a União Democrática Popular, o Partido Socialista Revolucionário e a Política XXI. Na sua fundação afirmava-se como uma força política “anticapitalista, democrática e de esquerda marxista”, protetora dos direitos das minorias e da igualdade de género, que pretendia

ocupar um espaço na esquerda, “que não se revê na ortodoxia do PCP, nem na moleza do PS” (Oliveira, 2011 citado por Mateus & Ramalho, 2013).

O Partido pelos Animais, hoje designado Pessoas-Animais-Natureza, foi fundado em 2009 e apresenta-se como um partido político ativo na defesa do bem-estar animal e do ambiente, bem como na promoção da sustentabilidade. No espectro político o partido assume uma posição centrista, focada na defesa das causas e não no combate político ideológico.

Fundado em 2014, o Livre afirma-se como um partido de esquerda, de matriz socialista, que centra a sua ação política em domínios como a proteção ambiental e dos direitos humanos. Distingue-se dos restantes partidos de esquerda, nomeadamente PCP e BE, afastando-se da ideologia marxista tradicional, adotando uma visão progressista e integrando na sua agenda política problemáticas contemporâneas prioritárias.

Posteriormente, em 2017, foi fundada a Iniciativa Liberal, posicionada à direita no espectro político, é um partido de ideologia liberal que defende a supressão da intervenção do Estado na economia, a liberdade individual e a simplificação do modelo fiscal. O partido apresenta elevados índices de adesão junto da população jovem, qualificada e descontente com as governações anteriores, quer do PS ou do PSD.

Finalmente, em abril de 2019, foi fundado o partido Chega, por André Ventura. Assumidamente de direita, o partido adotou, desde a sua fundação, uma posição de defesa dos valores nacionais, conservadores e securitários.

O sistema partidário português ficou, ao longo de 50 anos de democracia, marcado por diferentes períodos. Inicialmente, após a revolução, o sistema atravessou um período de grande instabilidade e ascensão de diferentes forças partidárias que, ao longo dos anos, se consolidaram, tornando-se PS e PSD os principais partidos dominantes, até à atualidade, que é marcada por uma nova fase de fragmentação e polarização, com a criação e ascensão de forças políticas distintas como a Iniciativa Liberal, o Livre ou o Chega. Ou seja, o espectro político português passou por um processo de reconfiguração, que desafia o modelo bipolar PS-PSD, que governou, alternadamente, o país desde a instauração do regime, o que levanta questões relevantes sobre a governabilidade e a qualidade da representação democrática atual.

2.2. Fundação, liderança e afirmação do Partido Chega, no panorama político português

Portugal constituiu, ao longo de várias décadas, uma exceção a nível europeu de resistência às forças políticas de direita radical, muito por conta da memória negativa dos portugueses ao fascismo do Estado Novo. A fundação e afirmação do partido Chega, liderado por André Ventura, constitui um momento de rutura com o modelo bipartidário estabelecido, e acaba com a ideia do excecionalismo português, previamente estabelecida (Prior, 2025).

A criação de movimentos e partidos de Direita Radical foi recorrente, ao longo dos 50 anos da democracia, ainda que, não se tenham conseguido afirmar. A trajetória destas forças políticas antissistema é dividida em três períodos distintos, a transição democrática, entre 1974 e 1980, as duas últimas décadas do século XX e o das primeiras duas décadas do século XXI. Inicialmente, surgiram uma vasta quantidade de partidos e coligações formadas à direita do Centro Democrático Social (CDS), com dois objetivos, sendo um deles, contrariar o crescimento e a consolidação do Partido Comunista Português (PCP) no espectro político nacional, bem como, influenciar o processo de descolonização. Ainda assim, os partidos fundados, como, por exemplo, o Partido da Democracia Cristã ou o Partido da Direita Portuguesa, nunca conseguiram alcançar resultados eleitorais significativos. O segundo período, entre os anos de 1980 e 1990, fica marcado pelo combate cultural da direita radical em espaços como, a revista *Futuro Presente* e pela criação de movimentos de matriz nacionalista, como o Movimento Nacional Nova Monarquia ou o Movimento de Ação Nacional, ainda que não existisse nenhum projeto partidário capaz de disputar eleições. O terceiro período destaca-se pela retoma da direita radical ao projeto partidário, por via da criação do Partido Nacional Renovador (PNR), em 1999, que nunca foi capaz de atingir uma performance eleitoral assinalável, sendo extinto em agosto de 2025 (Zúquete, 2007; Marchi, 2019; Neto, 2019, citado por Marchi, 2020). O PNR procurou modernizar a imagem do nacionalismo português, aproximando-se da agenda dos partidos europeus de direita radical e afastando-se do nacionalismo do Estado Novo, priorizando a estratégia etnocionalista, que apresenta a imigração como uma ameaça à identidade cultural nacional (Marchi, 2015, citado por Figueiredo, 2023).

O espaço político ocupado pelas forças políticas de centro-direita foi, desde 1974, dominado pelo Partido Social Democrata (PSD), Centro Democrático Social (CDS) e o Partido Popular Monárquico (PPM). Estas forças políticas foram, ao longo dos anos, abrindo espaço para a criação de partidos radicais, uma vez que, foram incapazes de assumir uma posição concreta no espectro político, colocando-se maioritariamente ao centro, evitando ser identificados como apoiantes das ideologias do Antigo Regime (Figueiredo, 2023).

As condições para a criação e crescimento das forças políticas de direita radical começam a ser criadas a partir da chegada das consequências da crise financeira internacional de 2008, que determina a queda do governo socialista e a vitória do PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, com o apoio do CDS, nas eleições legislativas de 2011 (Marchi, 2020). As políticas de austeridade impostas pelo programa da *Troika* ditaram o desgaste do XIX Governo Constitucional e, consequentemente, contribuíram para a lenta crise dos partidos tradicionais de direita abrindo espaço para a fundação de novos partidos, que procurassem capitalizar o descontentamento da população portuguesa (Prior, 2025).

Após a saída de Pedro Passos Coelho da liderança do PSD, na sequência dos maus resultados nas eleições autárquicas de 2017, o partido fica entregue a Rui Rio, que adota uma posição centrista, de afastamento da direita e de reposição do bloco de governação central, o que provocou uma onda de descontentamento dentro do próprio partido, nomeadamente, por figuras próximas de Passos Coelho. Complementarmente, a saída de Paulo Portas, do CDS, criou uma trajetória de degradação do próprio partido, com uma enorme erosão eleitoral nos diferentes momentos eleitorais de 2019, que ditaram o fim da liderança de Assunção Cristas e o início da liderança de Francisco Rodrigues dos Santos, que adota posições de direita moderada, mas com algumas inclinações radicais na defesa dos valores pró-vida e pró-família e de oposição às políticas de género. Ou seja, os períodos de dificuldade vivenciados pelos principais partidos de direita, bem como a permanência de Rui Rio na liderança do PSD, abriram uma janela de oportunidade para a criação de diferentes movimentos e partidos políticos como, o Movimento 5.7, fundado pelo deputado do PSD, Miguel Morgado ou a Iniciativa Liberal, criada por personalidades próximas do PSD (Marchi, 2020).

É precisamente neste contexto de fragmentação dos partidos tradicionais de direita que emerge André Ventura. O líder do Partido Chega iniciou a sua atividade política cedo

aderindo, aos 17 anos de idade, à Juventude Social Democrata (JSD), estrutura política de Juventude do PSD, considerando o CDS-PP, um partido da burguesia. Complementarmente, Ventura formou-se, com distinção, em Direito na Universidade de Lisboa e prosseguiu o seu percurso académico na Universidade de Cork, na Irlanda, onde obteve o grau de doutor, tendo desenvolvido uma tese sobre terrorismo internacional e legislação penal. Posteriormente, iniciou a sua atividade profissional, lecionando nas faculdades de Direito das universidades de Lisboa, bem como, ingressando na comunicação televisiva, em painéis de análise criminal e desportiva, o que lhe conferiu um papel mediático relevante na criação da sua carreira política (Marchi, 2020).

Através da sua exposição mediática, André Ventura conseguiu, em 2017, a sua primeira oportunidade de afirmação política, sendo escolhido para liderar a coligação dos Partidos PSD/CDS-PP/Partido Popular Monárquico (PPM) na eleição à Câmara Municipal de Loures, autarquia tradicionalmente governada pelo PS e PCP (Marchi, 2020). Perante a desvantagem histórica que a coligação enfrentava, Ventura apostou na utilização de um discurso radical, de ataque direto à comunidade cigana, que acusava de subsidiodependência e de causarem distúrbios na cidade. O principal objetivo desta estratégia era a polarização da opinião pública e a captação da atenção dos media (Marchi & Zúquete, 2024). Ainda assim, a retórica hostil adotada por Ventura tem implicações graves na sua candidatura, dado que vários dirigentes nacionais do PSD se demarcam do candidato, o CDS-PP abandonou a coligação em protesto e o candidato é incentivado a deixar o PSD e a ingressar nas fileiras do Partido Nacional Renovador (PNR), um partido político de extrema-direita (Marchi, 2020). Ainda assim, a polémica mediática instalada não se traduziu na vitória de André Ventura nas eleições, ainda que tenha crescido percentualmente face ao ato eleitoral anterior, tendo constituído, segundo o próprio, em entrevista ao *Jornal Sol*, o momento do seu verdadeiro nascimento político (Figueiredo, 2023).

Após a corrida à Autarquia de Loures, André Ventura ganha capital político no interior do PSD, criticando a posição centrista do líder do partido, Rui Rio, iniciando uma operação de promoção pessoal, lançando, posteriormente, o “Movimento Chega” interno ao PSD, que tinha como principal objetivo convocar um congresso extraordinário do partido e disputar a liderança, propondo uma viragem do partido à direita. Contudo, a iniciativa revelou-se um fracasso, uma vez que, vários dirigentes nacionais e locais do

partido retiraram o seu apoio ao movimento, o que imobilizou a capacidade de Ventura disputar a liderança do PSD. Posteriormente, em outubro de 2018, Ventura decide abandonar o partido e inicia o processo de criação do Partido Chega (Marchi, 2020).

Após a sua saída do PSD, Ventura inicia o processo de construção do Partido Chega, que decorre entre outubro de 2018 e março de 2019, através de uma rede de contactos restrita e próxima ao fundador, na qual se incluem nomes como, Nuno Afonso, Jorge Castela, Luc Mombito, Floriano Rocha, Fernanda Marques Lopes, Rodrigo Taxa, Cristina Vieira e Carlos Monteiro.

Durante o processo de formação do Chega, surgiram duas tendências internas distintas, por um lado, uma tendência nacionalista-liberal eurocética, representada pelo advogado Jorge Castela, que defendia a necessidade de preparar Portugal para o eminente colapso da União Europeia e, por outro, a tendência liberal-conservadora europeísta, representada por Nuno Afonso, “cética em relação ao nacionalismo e ao desmoronamento da União Europeia” (Marchi, 2020), que defendia que o Partido deveria aproveitar a estratégia populista bem sucedida utilizada por André Ventura na campanha de Loures. Apesar das disparidades entre as diferentes tendências, ambas convergem na ideia do “marxismo cultural” estabelecido em Portugal, que acusam de ter como principal objetivo a destruição da identidade nacional, através da introdução de matérias relativas à teoria de género no Ensino e o ataque à família tradicional (Marchi., 2020). Perante as disparidades ideológicas defendidas pelos diferentes membros do Chega, André Ventura priorizou a formação da sua imagem política e a captação de apoiantes para o partido em detrimento da definição ideológica, o que, posteriormente, e face à disparidade interna, tornou, segundo Marchi (2020, citado por Figueiredo, 2023), a produção ideológica do Chega “dispersa e fragmentada”.

O processo de legalização do partido foi conturbado, uma vez que o Chega tinha como principal objetivo a entrada nas eleições europeias de 2019 e necessitava de entregar as 7500 assinaturas, no Tribunal Constitucional, para efetivar a sua legalização. Nesse sentido, a 23 de janeiro de 2019, o Partido entregou os documentos necessários, nomeadamente as assinaturas exigidas. No entanto, o Tribunal descartou cerca de 1600 assinaturas alegando a existência de irregularidades, o que ditou a saída de alguns membros fundadores do partido, nomeadamente, da ala nacionalista-liberal antieuropeísta e o controlo das bases do partido por parte da ala contrária, liberal-conservadora

europeísta, ainda que o partido tenha conseguido entregar a totalidade das assinaturas dentro do prazo estabelecido, concretizando assim o seu processo de legalização.

As dificuldades enfrentadas pelo partido na sua legalização, no Tribunal Constitucional, interferiram com a estratégia de André Ventura para as eleições europeias de 2019 forçando o Chega a coligar-se com dois partidos de direita distintos, o Partido Popular Monárquico (PPM), liderado por Gonçalo da Câmara Pereira, o Partido Pró-Vida (PPV), que mais tarde, em agosto de 2020, viria a fundir-se com o Chega, e com o Movimento Democracia 21, liderado por Sofia Afonso Ferreira, numa coligação que se intitulou “Basta!”, uma vez que o Tribunal Constitucional impediu a utilização do nome “Chega” por corresponder ao nome de um partido em processo de legalização. Durante o período de campanha eleitoral André Ventura utiliza um discurso populista de valorização da soberania nacional, a rejeição de uma União Europeia federal, o ataque aos imigrantes como destruidores de identidade nacional e a defesa da supremacia cristã perante o islamismo. Todavia, o resultado eleitoral alcançado pela coligação fica bastante aquém das pretensões de André Ventura alcançando 1,49% dos votos, totalizando um número de 49.496 votos, não concretizando a sua eleição.

Após falhar a eleição para o Parlamento Europeu e concluído, com sucesso, o processo de legalização do Chega, André Ventura iniciou um processo de estruturação interna para enfrentar a campanha eleitoral para as Eleições Legislativas de Outubro de 2019. Durante a campanha eleitoral, Ventura optou por adotar um discurso disruptivo e de ataque, centrado em temas como, a castração química de pedófilos, a subsidiodependência das minorias étnicas, em particular a comunidade cigana e o ataque à corrupção, que é geralmente associado, pelo próprio, ao sistema de compadrio entre PS e PSD, propondo a fundação de uma IV República, de pendor presidencial (Marchi & Zúquete, 2024).

De facto, a estratégia adotada por André Ventura surtiu o efeito desejado, alcançando 66.448 votos (1,3%) e sendo eleito deputado à Assembleia da República. A sua eleição constitui um momento marcante da democracia portuguesa assinalando a entrada de um partido de direita radical na Assembleia da República no período democrático (Prior, 2025).

A eleição de André Ventura inaugurou um momento de crescimento exponencial do partido, passando de cerca de 700 militantes para 15 mil, muito graças à cobertura

mediática que alcançou e através da utilização das redes sociais como disseminador da mensagem polarizadora do partido. Simultaneamente, em julho de 2020, o partido filia-se no grupo europeu de direita radical, Identidade e Democracia, liderado pelo partido radical francês, Rassemblement National, de Marine Le Pen, e o partido nacionalista italiano, Lega, de Matteo Salvini, comprovando a notoriedade que o Chega passou a possuir (Marchi, 2020).

A ascensão do partido é comprovada através do seu crescimento exponencial nos diferentes atos eleitorais. Nas Eleições Legislativas de 2022, o Chega alcançou um resultado notável, obtendo 7% dos votos e elegendo 12 deputados, afirmando-se, o partido como terceira força política. Posteriormente, nas Eleições Legislativas de 2024, o partido revelou um crescimento assinalável, passando de 12 deputados eleitos, no anterior ato eleitoral, para 50, alcançando cerca de 18% dos votos. Por fim, nas Eleições Legislativas de 2025, o Chega regista o seu melhor resultado eleitoral, alcançando cerca de 23% da totalidade dos votos e elege 60 deputados, ultrapassando o Partido Socialista em número de deputados, afirmando-se como principal força de oposição ao Governo eleito e rompendo com a excecionalidade portuguesa, previamente estabelecida (Prior, 2025).

Capítulo III- A ascensão do Chega no sistema político português

3.1. Estratégias de captação de eleitorado utilizadas pelo Partido Chega

O crescimento exponencial do partido Chega no panorama político português, desde a sua fundação, não advém de um fenómeno sobrenatural na política portuguesa, mas sim de uma estratégia de comunicação disruptiva, populista e polarizadora, abordando temas sensíveis e de interesse popular, assim como, da personificação da figura do líder, características principais das forças políticas de direita radical mundiais.

A principal estratégia de captação de eleitorado utilizada pelo partido Chega, corresponde ao papel central do seu líder, André Ventura, como carismático e messiânico. Neste sentido, André Ventura apresenta-se como “o porta-voz do povo atraído, cujo objetivo, deve ser reconquistar a democracia capturada pelas elites do sistema” (Marchi, 2020), uma missão que o líder do partido afirma ter-lhe sido confiada por Deus, apelando aos sentimentos de indignação e revolta da população. Esta estratégia instala uma visão dicotómica da sociedade que opõe o “povo virtuoso” à “elite político-económica” (Marchi, 2020 citado por Figueiredo, 2023), que acusa de ser a principal causador da corrupção no país, bem como, da falência do Estado (Figueiredo, 2023).

Complementarmente, a estratégia de comunicação utilizada por André Ventura também constitui um importante elemento de análise do crescimento do partido Chega. Geralmente, a comunicação populista, com a utilização de um discurso simples, é identificada através da referência positiva ao povo e do ataque direto às minorias étnicas, aos imigrantes e às elites (políticas, económicas ou financeiras), que acusam de ser arrogantes, egoístas e incompetentes na resposta às reais necessidades das populações (Vittori, 2017 citado por Batista, 2022), promovendo a hostilidade social e criando um clima de desconfiança nas instituições e no pluralismo democrático (Hall, 2018, citado por Portela, 2025). Um estudo realizado por Batista (2022) analisou as 705 notícias referentes ao partido Chega, publicadas pelo jornal *Público*, entre os anos de 2019 e 2022 e inferiu que a comunicação populista estava presente em cerca de 40% do total das notícias publicadas. O estudo também refere que, de entre as 705 notícias publicadas sobre o Chega, cerca de 225 faziam referência negativa à elite política, o que confirma a predominância do ataque à classe política na captação de eleitorado descontente, como comprovam as declarações de André Ventura, em 2019, “O Chega é a voz de um povo

inteiro farto de corrupção e de impunidade” (Ventura, 2019 citado em *Público*, 2019 citado por Batista, 2022).

O fenómeno de crescimento do Chega está igualmente relacionado com a cobertura mediática que conseguiu obter ao longo dos últimos anos. O facto de os líderes populistas utilizarem uma retórica antissistema, de provocação ao poder político instalado os líderes populistas garantem uma exposição mediática superior à dos seus opositores (Batista, 2022), dominando a agenda do debate público através de discursos polémicos e ataques constantes aos partidos tradicionais (Figueiredo, 2023). Um estudo da *Marktest*, realizado em março de 2023, revelou que André Ventura foi o terceiro político mais noticiado nos meios de comunicação social, apenas atrás de António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa, então primeiro-ministro e Presidente da República de Portugal, respetivamente, superando Luís Montenegro, líder da oposição (Figueiredo, 2023). Apesar da grande cobertura mediática que lhes é concedida, as forças políticas de direita radical acusam, frequentemente, os meios de comunicação social de agirem de forma tendenciosa e parcial, apontando-os como cúmplices das “elites” e autoproclamando-se como a única fonte de informação fidedigna, deslegitimando o trabalho jornalístico. (Silva, 2024 citado por Portela, 2025). Adicionalmente, o domínio dos canais de informação digitais, nomeadamente as redes sociais, permitiu ao partido estabelecer um contacto direto, próximo e simples com os eleitores, através da disseminação de informação falsa e enganosa (*fake news*) altamente viralizável, nomeadamente sobre matérias como a segurança ou a imigração com apelo emocional e consequente, atração de apoiantes, evitando o escrutínio e mediação dos meios de comunicação social tradicionais (Barlett, 2014., Amaral, 2020, citado por Figueiredo, 2023).

Em suma, o partido Chega recorre a diferentes estratégias de captação de eleitorado. Destaca-se a personalização do seu líder, André Ventura, que propõe que o carisma e a figura de proteção dos interesses do povo face às “elites” se sobreponham à ideologia do partido. A utilização de uma comunicação simples, disruptiva e populista que, através de declarações polémicas, garante uma elevada cobertura mediática. Simultaneamente, o partido aposta numa forte presença nas redes sociais, como plataforma de contacto direto com os eleitores, difundindo informações enganosas e *fake news* ao explorar temas sensíveis e de grande interesse popular, de modo a apelar emocionalmente aos eleitores e atrair apoiantes.

3.2. Análise dos resultados eleitorais do Partido, nos diferentes atos eleitorais

O crescimento do partido Chega representa um caso de crescimento de uma força política inigualável em Portugal. O partido foi legalizado a 9 de abril de 2019 pelo Tribunal Constitucional e, desde então, foi inaugurado um novo período político, marcado pela rutura total com o modelo bipolar de governação (PS e PSD) e pela instabilidade governativa. Em apenas seis anos, o partido passou de uma força política pouco notável para a segunda maior força política nacional.

No âmbito das eleições legislativas, o crescimento do Chega foi exponencial. O partido participou pela primeira vez nestas eleições em 2019, onde obteve 1,35% dos votos e elegeu um deputado à Assembleia da República, o que marcou a entrada da direita radical no órgão legislativo português. Nas eleições legislativas de 2022, que resultaram da dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, após o chumbo do Orçamento do Estado para 2022 apresentado pelo governo socialista liderado por António Costa, o Chega alcançou 7,38% dos votos, o que culminou na eleição de 12 deputados. A partir deste momento, tornou-se inevitável ter em consideração o crescimento exponencial do partido, que se comprovou no ato eleitoral de 2024, após a demissão do primeiro-ministro António Costa, onde o partido obteve 18,8% da totalidade dos votos, conquistando 50 mandatos e tornando-se a terceira força política nacional, apenas atrás dos principais partidos portugueses tradicionais, PS e PSD. As eleições de 2025, após a reprovação de uma moção de confiança apresentada pelo governo da Aliança Democrática (PPD/PSD.CDS-PP.PPM) e consequente dissolução da Assembleia da República, o Chega alcançou um resultado sem precedentes conquistando 23,74% dos votos e 60 deputados, assumindo-se como principal força da oposição ao governo da coligação PPD/PSD.CDS-PP e ultrapassando o Partido Socialista em número de deputados.

Por sua vez, nas eleições europeias o Chega não alcançou os resultados pretendidos, revelando uma dissonância com os resultados que obteve em eleições legislativas. Devido aos entraves que o partido enfrentou durante o processo de legalização, foi forçado a coligar-se com outros dois partidos de direita, o Partido Popular Monárquico (PPM) e o Partido Pró-Vida (PPV), e com o Movimento Democracia 21, formando a coligação “Basta!”, que alcançou um resultado insignificante, não elegendo nenhum deputado ao

Parlamento Europeu. Posteriormente, em 2024, António Tânger Corrêa liderou o partido nas eleições, mas o resultado foi dececionante para o Chega, que, vindo com capital eleitoral forte e tendo alcançado o terceiro lugar nas legislativas, conquistou apenas 11,86% dos votos, elegendo apenas dois deputados.

As eleições autárquicas revelam a dificuldade que o partido enfrenta em termos de implementação territorial, uma vez que o seu crescimento exponencial dificultou a consolidação de bases fortes e capazes de disputar as autarquias. Nas eleições autárquicas de 2021, o Chega fez a sua estreia, elegendo 19 vereadores em todo o país, ainda que não tenha conquistado a presidência de nenhuma câmara municipal. Ulteriormente, nas autárquicas de 2025, as sondagens previam que o partido pudesse conquistar 30 autarquias e o resultado ficou bastante aquém deste número, tendo o Chega vencido em apenas 3 autarquias: Albufeira, Entroncamento e São Vicente, na Região Autónoma da Madeira, e eleito 134 vereadores em todo o território nacional.

Para compreender esta assimetria de resultados do partido Chega em diferentes atos eleitorais, é necessário considerar o perfil do seu eleitorado. Segundo o Estudo Eleitoral Português de 2025, o eleitorado do Chega é maioritariamente do sexo masculino, correspondendo a 55% da totalidade do seu eleitorado, mas com uma crescente feminização, passando de 41% em 2024 para 45% em 2025. Para além disso, o seu eleitorado está maioritariamente compreendido nas faixas etárias entre os 25 e os 64 anos de idade (76%), predominantemente com níveis de escolaridade inferiores ao ensino secundário (54%). O estudo revela que o partido conseguiu apelar, entre as eleições legislativas de 2024 e as de 2025, a uma base de eleitores diversa, aumentando o número de eleitores que se colocam ao centro no espectro político, passando de 15% (2024) para 18% (2025), e à esquerda, aumentando de 1% (2024) para 2% (2025). Um dado que comprova a grande fidelização do seu eleitorado diz respeito ao momento de decisão da intenção de voto, sendo que 76% dos eleitores do Chega já haviam decidido em quem votar antes do período de início dos debates e da campanha eleitoral. Além disso, a retórica populista e polarizadora utilizada por André Ventura contribuiu para transferência de eleitores, habitualmente abstencionistas, para o Chega. De acordo com o estudo realizado por Cancela & Magalhães (2025), o declínio acentuado do Partido Socialista, entre 2022 e 2025, foi transversal a todas as geografias (Norte rural, Norte

urbana, Sul rural e Sul urbana), tendo o Chega capitalizado esta tendência, atraindo, maioritariamente, o eleitorado da região Sul, rural e urbana.

Resumidamente, os dados recolhidos referentes aos diferentes atos eleitorais revelam um padrão claro: o partido Chega obtém melhores resultados em eleições legislativas em comparação com eleições europeias ou autárquicas. Este fenómeno poder ser explicado pela alta personalização do partido no seu líder, André Ventura, bem como pela elevada abstenção em eleições europeias e pelo carácter de protesto político nacional que geralmente impulsiona o voto no Chega. Para além disso, as eleições autárquicas, por assumirem uma lógica personalista, de proximidade e de reconhecimento das populações no trabalho executado pelo executivo municipal, que tem impacto direto no quotidiano das populações, condiciona o crescimento do Chega.

Conclusão

A investigação elaborada teve como principal objetivo analisar e compreender os fatores que contribuíram para a ascensão e afirmação do Chega no panorama político português, marcado pela enorme resistência ao populismo e ao radicalismo.

Este estudo permite inferir que o crescimento de forças radicais não se restringe unicamente a Portugal, constituindo um fenómeno global que geralmente emerge em épocas de crise, financeira ou social. Neste sentido, é igualmente possível observar um padrão comum entre as diferentes forças políticas de direita radical, cujas características assentam na defesa dos valores nacionalistas e no uso de uma retórica populista que promova a hostilização contra a classe política, os imigrantes e as minorias étnicas. Por sua vez, a eleição de um deputado do Chega à Assembleia da República, em 2019, constituiu um acontecimento marcante na história da democracia portuguesa. Até então, o sistema partidário português era marcado pela estabilidade e pelo domínio de dois partidos, PS e PSD, no entanto, o desgaste das forças políticas tradicionais e a crescente desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas criaram as condições necessárias para a ascensão e consolidação do Chega. Verificou-se que o partido utiliza um conjunto de estratégias de modo a capitalizar o descontentamento popular. Entre elas, destaca-se a personalização do seu líder, André Ventura, que se apresenta como principal representante do povo perante as elites que teriam corrompido o sistema. Para além disso, o partido utiliza um discurso populista, disruptivo e simplificado de ataque direto aos imigrantes, às minorias étnicas e às “elites”. Além disso, privilegia a utilização dos canais digitais como principal meio de contacto com os eleitores, onde dissemina conteúdos altamente viralizáveis, que contornam o escrutínio dos meios de comunicação social tradicionais e apelam emocionalmente aos eleitores. Ainda assim, é possível observar uma assimetria nos resultados eleitorais do partido e identificar as suas limitações, nomeadamente em atos eleitorais disputados por outros candidatos além de André Ventura, como as eleições autárquicas ou europeias. O Chega alcança resultados bastante expressivos em eleições legislativas, mas, por outro lado, alcança resultados modestos em eleições autárquicas e europeias, o que comprova a dependência do partido da figura do seu líder, André Ventura, e do voto de protesto, geralmente abstencionista, associado ao eleitorado do Chega, o que evidencia a sua fraca capacidade de implantação territorial, bem como a incapacidade de cativar o seu eleitorado para os diferentes atos eleitorais.

Em suma, o fenómeno de ascensão e consolidação do Chega no panorama político português constitui um dos maiores desafios da democracia portuguesa e o seu estudo e análise devem ser aprofundados, de modo a compreender que implicações poderá ter no futuro e de que modo pode esta força política fragilizar o Estado de Direito em Portugal, subvertendo o modelo liberal-democrático implementado no país.

Referências Bibliográficas

Aliança Democrática. (1979). *Programa eleitoral de governo: Aliança democrática*.

Antón-Mellón, J., Boado, I. S. (2023). La teoría política de la derecha radical. *Revista de Estudios Globales. Análisis Histórico y Cambio Social*, 2(4), 61-99. <https://doi.org/10.6018/reg.559591>

Batista, A. R. R. (2022). *Populismo contemporâneo português: O Chega e a comunicação política* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://hdl.handle.net/1822/82885>

Cancela, J., Magalhães, P. C. (2025, maio 23). *As bases sociais do novo sistema partidário português, 2022-2025*. Pedro Magalhães political scientist. <https://www.pedro-magalhaes.org/as-bases-sociais-do-novo-sistema-partidario-portugues-2022-2025/>

Carter, E. (2018). Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept. *Journal of Political Ideologies*, 23(2), 157-182. <https://doi.org/10.1080/13569317.2018.1451227>

CNN Portugal. (2025, Maio 23). Chega pode conquistar 21 municípios nas próximas autárquicas. *CNN Portugal*. <https://cnnportugal.iol.pt/chega/chega-pode-conquistar-21-municipios-nas-proximas-autarquicas/20250523/68301985d34e3f0bae9e88e9>

Comissão Nacional de Eleições. (2019, junho 18). Mapa oficial n.º 5/2019 Eleição dos deputados ao Parlamento Europeu realizada em 26 de maio de 2019. *Diário da República*, 1.ª série, (N.º 115). 2997-2998.

Comissão Nacional de Eleições. (2019, outubro 22). Mapa oficial n.º9-A/2019 Relação dos deputados eleitos e mapa oficial da eleição da Assembleia da República realizada em 6 de outubro de 2019. *Diário da República*, 1.ª série, (N.º 203). 268-(2) -268-(11).

Comissão Nacional de Eleições. (2021, novembro 29). Mapa oficial n.º 1-B/2021. Mapa oficial dos resultados das eleições gerais para os titulares dos órgãos das autarquias locais de 26 de setembro de 2021. *Diário da República*, 1.ª série, (N.º 231). 57(2) - 57(554).

Comissão Nacional de Eleições. (2022, março 26). Mapa oficial n.º1/2022 Relação dos deputados eleitos e mapa oficial da eleição da Assembleia da República, realizada em 30 de janeiro de 2022. *Diário da República*, 1.ª série, (N.º60-A). 2 -13.

Comissão Nacional de Eleições. (2024, junho 28). Mapa oficial n.º 4/2024 Mapa oficial com o resultado da eleição e a relação dos deputados eleitos para o Parlamento Europeu realizada em 9 de junho de 2024. *Diário da República*, 1.ª série, (N.º 124). 1-2.

Comissão Nacional de Eleições. (2024, março 23). Mapa oficial. n.º-2-A/2024 Mapa oficial com o resultado da eleição e a relação dos deputados eleitos para a Assembleia da República realizada em 10 de março de 2024. *Diário da República*, 1.ª série, (N.º 59-A). 1 -16.

Comissão Nacional de Eleições. (2025, dezembro 17). Mapa oficial n.º 2-B/2025 Mapa oficial dos resultados das eleições gerais para os titulares dos órgãos das autarquias locais de 12 de outubro de 2025. *Diário da República, Suplemento 1.ª série*, (N.º 242). 1-611.

Comissão Nacional de Eleições. (2025, maio 31). Mapa oficial n.º2-A/2025 Mapa oficial com o resultado da eleição e a relação dos deputados eleitos para a Assembleia da República realizada em 18 de maio de 2025. *Diário da República*, 1.ª série, (N.º 104-A). 1-15.

de Figueiredo, L. A. C. C. (2023). *O legado do regime autoritário na direita radical: O caso do Chega* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade NOVA de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/168482>

de Miranda, T. S. R. (2022). *Extremismos em crescimento na Europa e em Portugal: Um breve estudo sobre o extremismo islâmico e a extrema-direita* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa] Repositório Institucional da Universidade NOVA de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/150506>

Iniciativa Liberal. *Declaração de princípios*.

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa., & Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. (2025). *Estudo eleitoral português 2025: Relatório*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://www.erc.pt/download.php?fd=14217&l=pt&key=b6f7826f68cf5010b93c55a850a771c5>

Marchi, R. (2020). O novo partido Chega no âmbito da direita portuguesa. In A. C. Pinto & F. Gentile (Eds.), *Populismo: teorias e casos* (pp. 200-219), Edmeta. <http://hdl.handle.net/10451/46805>

Marchi, R., Zúquete, J. P. (2024). Far right populism in Portugal: The political culture of Chega's members. *Análise Social*, 59(251), 2-19. <https://doi.org/10.31447/2022116>

Mateus, J., & Ramalho, T. (2013). *O sistema de partidos em Portugal* (Working Paper n.º 51). Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/9838>

Mineiro, J., Honório, C. (2021). De que falamos quando falamos das novas extremas direitas? In C. Honório & J. Mineiro (Eds.), *Novas e velhas extremas-direitas* (pp. 9-13), Parsifal.

Partido LIVRE. (2015). *Declaração de princípios do LIVRE*.

Pinéu, D., & Pureza, J. M. (2021). Antiglobalistas globais: A extrema-direita e a ordem internacional. In C. Honório & J. Mineiro (Eds.), *Novas e velhas extremas-direitas* (pp.23-34), Parsifal.

Portela, J. P. A. (2025). *Manipulação dos eleitorados como instrumento de ressurgimento de regimes autoritários populistas* [Projeto de graduação, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/14553>

Prior, H. (2026). A reconfiguração da extrema-direita em Portugal: Do neofascismo ao populismo do Chega. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*, 17(52), 25-47. <https://doi.org/10.23925/1982-6672.2025v17i52p25-47>

Rosas, F. (2021). Quatro pontos sobre a extrema-direita em Portugal. In C. Honório & J. Mineiro (Eds.), *Novas e velhas extremas-direitas* (pp. 15-21), Parsifal.